



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 13/2018**  
**(Processo Administrativo nº 23381.003417.2018-20)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de certificação digital e-CPF/e-CNPJ com/sem dispositivos de armazenamento (*token*) para a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e os campi avançados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Unidade Demandante	Quantidade	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
					(R\$)	(R\$)
1	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF sem dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	SERVIÇO	UASG 158138	32	R\$ 239,43	7.661,76
			UASG 154080	40		9.577,20
			UASG 155892	3		718,29
			UASG 158469	45		10.774,35
			UASG 155894	10		2.394,30
			UASG 158281	6		1.436,58
			UASG 158473	10		2.394,30
			UASG 158471	5		1.197,15
			UASG 154868	8		1.915,44
			UASG 158472	5		1.197,15
			UASG 158279	10		2.394,30
			UASG 158474	7		1.676,01
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 1					R\$ 43.336,83	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró Reitoria de Administração e Finanças**

2	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF com dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	SERVIÇO	UASG 158138	22	R\$ 427,70	9.409,40
			UASG 154080	40		17.108,00
			UASG 155892	6		2.566,20
			UASG 158469	35		14.969,50
			UASG 155894	20		8.554,00
			UASG 158281	15		6.415,50
			UASG 158473	10		4.277,00
			UASG 158471	5		2.138,50
			UASG 154868	7		2.993,90
			UASG 158472	4		1.710,80
			UASG 158279	10		4.277,00
			UASG 158474	7		2.993,90
VALOR TOTAL – ITEM 2					R\$ 77.413,70	
3	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ sem dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	SERVIÇO	UASG 158138	2	R\$ 335,57	671,14
			UASG 158469	2		671,14
			UASG 158473	1		335,57
			UASG 158472	1		335,57
			UASG 158279	1		335,57
			UASG 158474	7		2.348,99
			UASG 158123	2		671,14
VALOR TOTAL – ITEM 3					R\$ 5.369,12	
4	Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ com dispositivo de armazenamento	SERVIÇO	UASG 158138	2	R\$ 463,00	926,00
			UASG 158469	2		926,00



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.	UASG 155894	1		463,00
	UASG 158281	2		926,00
	UASG 158473	1		463,00
	UASG 158471	1		463,00
	UASG 158472	3		1.389,00
	UASG 158279	1		463,00
	UASG 158474	7		3.241,00
VALOR TOTAL – ITEM 4			R\$ 9.260,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO			R\$ 135.379,65	

1.2. Serão aplicadas as margens de preferência estabelecidas no Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014 que trata da aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos.

1.3. Dos locais de entrega:

<b>UASG</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
<b>158138</b>	<b>IFPB – REITORIA</b>	Av. Almirante Barroso, 1077, Centro CEP: 58.013-120 - João Pessoa/PB. Telefone: (3) 3612-9166 / 9.9122-3736
<b>158469</b>	<b>IFPB CAMPUS JOÃO PESSOA</b>	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe CEP: 58.015-435 - João Pessoa/PB. Telefone: (83) 3612-1120 / 3612-1121
<b>154868</b>	<b>IFPB CAMPUS GUARABIRA</b>	Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, Rodovia PB-057, KM 02 - S/N CEP: 58200-000 – Guarabira/PB. Telefone: (83) 9.8155-4544
<b>158471</b>	<b>IFPB CAMPUS PRINCESA ISABEL</b>	Acesso Rodovia PB 426, Sítio Barro Vermelho, S/N, Zona Rural. CEP: 58.755-000 Princesa Isabel/PB Telefone: (83) 9.9112-3273 / 9.9192-0331
<b>155892</b>	<b>IFPB CAMPUS SANTA RITA</b>	BR-230, Km 44, S/N, CEP: 58.302-290 Santa Rita/PB. Telefone: (83) 9.9883-8534



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

158474	<b>IFPB CAMPUS CABEDELO</b>	Rua Santa Rita de Cássia, nº 1900, Jardim Cambinha. CEP: 58.103-772 – Cabedelo/PB. Telefone: (83) 3248-5426
155894	<b>IFPB CAMPUS ITABAIANA</b>	Rodovia PB-054, Km 17, S/N, CEP: 58.360-000 Itabaiana/PB. Telefone: (83) 9.9116-6632
158472	<b>IFPB CAMPUS MONTEIRO</b>	Acesso Rodovia PB-264, S/N, Vila Santa Maria. CEP: 58.500-000 – Monteiro/PB. Telefone: (83) 3351-3708 / 3704
158279	<b>IFPB CAMPUS SOUSA</b>	Rua Presidente Tancredo Neves, S/N. Jardim Sorrilândia. CEP: 58.800-970 – Sousa/PB. Telefone: (83) 3522-2727 / 3522-2726
158473	<b>IFPB CAMPUS PICUÍ</b>	Acesso à Rodovia PB 151, S/N, Cenecista. CEP: 58.187-000 – Picuí/PB. Telefone: (83) 3371-2555 / 2727 / 9.9637-3068
158281	<b>IFPB CAMPUS CAMPINA GRANDE</b>	Av. Tranquilino Coelho Lemos, 671, Dinamérica, CEP: 58.432-300 Campina Grande/PB. Telefone (83) 2102-6200
153037	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA</b>	Av. Capitão Ene Garcez, nº 2413 – Aeroporto – Bloco da Reitoria – Campus do Paricarana CEP: 69.310-270, Boa Vista/RR Telefone: (95) 3621-3115

#### 1.4. Especificação do Objeto

**1.4.1 Item 01: Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF sem dispositivo de armazenamento do certificado digital (*token*); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.**

- Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);
- Nível: A3;
- Tipo: e-CPF.
- Validade: 3 anos a partir da emissão;
- Fornecimento **sem mídia**, para uso com mídias existentes no órgão demandante do serviço;
- Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital, desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

- h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;
- j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).

**1.4.2. Item 02: Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CPF com dispositivo de armazenamento do certificado digital (*token*); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.**

- a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);
- c. Nível: A3;
- d. Tipo: e-CPF.
- e. Validade: 3 anos a partir da emissão;
- f. Fornecimento **com mídia (*token*)** que possua as seguintes características mínimas:
  - f.1. Totalmente compatível com o certificado digital a ser fornecido;
  - f.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil e homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro;
  - f.3. Possuir carcaça resistente ao derramamento de líquidos e à violação, bem como conexão do tipo USB (Universal Serial Bus), versão 2.0 ou superior;
  - f.4. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para sua leitura;
  - f.5. Suportar os principais navegadores no mercado, entre os quais **Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes**;
  - f.6. Ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - f.7. Ser compatível e possuir documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais Windows e Linux, em suas recentes versões;
  - f.8. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo;
  - f.9. Permitir geração de chaves protegidas por PINs (*Personal Identification Number*), compostos por caracteres alfanuméricos;
  - f.10. Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de um PUK (*Pin Unlock Key*);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

- f.11. Possuir software de gerenciamento do dispositivo no idioma Português do Brasil, que permita o gerenciamento das funcionalidades do dispositivo, a visualização de certificados armazenados, entre outros.
- g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital e de fabricação do dispositivo criptográfico (*tokens*), desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;
- h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;
- j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).

**1.4.3. Item 03: Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ sem dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.**

- a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);
- c. Nível: A3;
- d. Tipo: e-CNPJ.
- e. Validade: 3 anos a partir da emissão;
- f. Fornecimento **sem mídia**, para uso com mídias existentes no órgão demandante do serviço;
- g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital, desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;
- h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;
- j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

**1.4.4. Item 04: Certificado Digital nível A3 - Tipo e-CNPJ com dispositivo de armazenamento do certificado digital (token); emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 03 (três) anos contados da data de emissão do certificado.**

- a. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- b. Emitido por Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, com as intermediárias Autoridade Certificadora Serpro v4 e Autoridade Certificadora Serpro SSL, para acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAPE, SIAFI, SIORG, SIASG, SCDP, COMPRASNET e SIGEPE);
- c. Nível: A3;
- d. Tipo: e-CPF.
- e. Validade: 3 anos a partir da emissão;
- f. Fornecimento **com mídia (token)** que possua as seguintes características mínimas:
  - f.1. Totalmente compatível com o certificado digital a ser fornecido;
  - f.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil e homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro;
  - f.3. Possuir carcaça resistente ao derramamento de líquidos e à violação, bem como conexão do tipo USB (Universal Serial Bus), versão 2.0 ou superior;
  - f.4. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para sua leitura;
  - f.5. Suportar os principais navegadores no mercado, entre os quais **Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões mais recentes;**
  - f.6. Ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
  - f.7. Ser compatível e possuir documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais Windows e Linux, em suas recentes versões;
  - f.8. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo;
  - f.9. Permitir geração de chaves protegidas por PINs (*Personal Identification Number*), compostos por caracteres alfanuméricos;
  - f.10. Permitir inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de um PUK (*Pin Unlock Key*);
  - f.11. Possuir software de gerenciamento do dispositivo no idioma Português do Brasil, que permita o gerenciamento das funcionalidades do dispositivo, a visualização de certificados armazenados, entre outros.
- g. Garantia contra vícios ou defeitos de emissão do Certificado Digital e de fabricação do dispositivo criptográfico (*tokens*), desde que mantido e utilizado em condições normais por, no mínimo, 90 dias;
- h. O órgão demandante do serviço resguardará o direito de agendar a visita técnica, para emissão dos certificados, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- i. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios entre outros;

j. Atender a demanda de assinatura digital em sistemas da Administração Pública Federal (como é o caso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Siapenet, ComprasNet, SisuGestão, etc.).

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A unidade demandante do serviço justificou a necessidade da contratação para dar continuidade no fornecimento certificados digitais (e-CPF/e-CNPJ) sem/com dispositivos de armazenamento (token) para os servidores que acessam sistemas que exigem requisitos de segurança.

2.2. Ressalta-se que o Certificado digital é um documento eletrônico que identifica pessoas, computadores e empresas no mundo digital, provando sua identidade e permitindo acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio. A autenticidade garante que o autor do documento é a pessoa identificada no certificado utilizado na assinatura. A integridade garante que o documento não foi alterado após o envio. O não repúdio impede que o autor do documento conteste a sua validade negando sua autoria.

2.3. Contudo, a Certificação digital requer a utilização de dispositivos de armazenamento (**token**) que são dispositivos de hardware criptográfico que utilizam uma conexão física do tipo USB capaz de gerar e armazenar as chaves criptográficas, efetuar o processamento criptográfico assimétrico e o armazenamento de certificados digitais. As chaves geradas são protegidas contra leitura, modificação, utilização e substituição não autorizada.

2.4. No âmbito do Governo Federal a certificação digital é utilizada para diversos fins, entre os quais: tramitação eletrônica de documentos oficiais, conferir sigilo e privacidade, controle de acesso a aplicativos, prover identificação do remetente de mensagens, garantia de não repúdio a formulários, mensagens ou documentos eletrônicos assinados digitalmente entre outros.

2.5. A referida contratação justifica-se em razão de que a vigência de vários certificados está expirando, o que poderá ocasionar atrasos nas atividades desenvolvidas pelos servidores, como também pela necessidade de emissão de novos certificados digitais aos novos servidores do Órgão/Unidade ou àqueles que no exercício de uma nova função necessitem obter certificação digital.

2.6. Insta salientar que a certificação digital ainda será utilizada em diversas atividades setoriais e por diversos servidores, desde aqueles que atuam na área de compras públicas, na execução orçamentária e financeira, no desenvolvimento e gestão de pessoas, na tecnologia de informação, na coordenação acadêmica, entre outros; usando sistemas do Governo Federal, dentre os quais SIAPE, SIAFI, SCDP, COMPRASNET e SIGEP.

2.7. Alinhamento da Contratação ao PDTI e aos objetivos estratégicos do IFPB

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A natureza dos objetos a serem contratados é de uso comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1. Os serviços de emissão dos certificados digitais serão executados conforme discriminado no item 1.4 (Especificação do Objeto);

4.1.1. O processo de coleta de informações dos usuários, emissão do certificado e entrega do certificado digital instalado em *token* deverá ser realizado **in loco** (nas dependências do órgão gerenciador e dos órgãos participantes) ou em agência/escritório/representação indicada dentro da cidade do órgão demandante do serviço ou em município limítrofe; ambos em horário previamente agendado, de acordo com a disponibilidade dos usuários e obedecendo o horário de expediente comercial (das 08:00 às 17:00 h);

4.1.2. Para o atendimento **in loco** (nas dependências do órgão demandante e dos órgãos participantes), se necessário, será disponibilizado local e equipamento (microcomputador) para que os técnicos representantes da contratada possam realizar a coleta de informações e instalação do certificado em *token*;

4.1.3. A prestação do serviço só será realizada **in loco** caso a contratada não disponibilize agência/escritório/representação dentro da cidade do órgão demandante do serviço ou em municípios limítrofes.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O serviço não possui natureza continuada. Uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure e nada mais pode ser exigido do contratante, excluídas as hipóteses de vícios e/ou garantias;

5.2. O regime de execução do serviço será do tipo Empreitada por Preço Unitário, por tratar-se de contratação de serviço por preço certo de unidades determinadas, com medição de cada unidade de serviço e pagamentos mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários;

5.3. Será utilizada a ferramenta do Sistema de Registro de Preços (SRP) por ser um processo licitatório que permite atender as necessidades já programadas dos órgãos demandantes no decorrer do ano e em necessidades eventuais.;

5.4. Durante a vigência do registro de preços poder-se-á contratar apenas o que for efetivamente necessário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1. A comunicação entre contratada e contratante será realizada por meio de correio eletrônico e/ou telefone entre os fiscais e gestor do contrato e o preposto definido pela contratada com o envio da respectiva nota de empenho;

6.2. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será realizada com base no quantitativo de emissões de certificados digitais com ou sem o fornecimento de mídia do tipo *Token*;

6.3. A fiscalização do contrato realizará a verificação dos serviços realizados, durante a execução e após a conclusão dos serviços.

## **7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.1.1. A contratada deverá fornecer mídia do tipo *token* (itens 02 e 04) homologado pelo ITI, totalmente compatível com o certificado digital a ser fornecido, além da documentação técnica, drivers, manuais de uso e de instalação dos certificados digitais nos sistemas operacionais Windows e Linux.

## **8. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. A execução dos serviços será iniciada 05 (cinco) dias úteis a partir da data de recebimento da nota de empenho, na forma que segue:

8.1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer garantia pelos materiais, bem como pela emissão dos certificados digitais do tipo pessoa física e jurídica A3, contra vícios, defeitos, falhas na execução e outras impropriedades, mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do correspondente recebimento definitivo;

8.1.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a adotar as medidas corretivas e/ou substituir o produto e/ou refazer os serviços que apresentarem vícios, defeitos e/ou impropriedades, ainda que posteriormente à entrega e recebimento definitivo, às suas expensas, sem ônus para o órgão demandante do serviço, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE.

8.1.3. No caso de substituição de materiais ou refazimento de serviços defeituosos, o prazo de garantia será contado a partir do respectivo recebimento definitivo.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró Reitoria de Administração e Finanças**

10.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

13.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

13.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

14.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

14.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. **Multa de:**

15.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

15.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na	01

15.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró Reitoria de Administração e Finanças

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

João Pessoa/PB de 03 de outubro de 2018.

**JACINTO FAUSTINO AMÉRICO**  
Diretor de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais